

O trabalhador do hospital psiquiátrico no País das Maravilhas

The psychiatric hospital worker in Wonderland

El trabajador en el hospital psiquiátrico en el País de las maravillas

Francilene Figueirêdo da Silva Pascoal^I

ORCID: 0000-0002-6220-0759

Alana Vieira Lordão^{II}

ORCID: 0000-0003-1941-6084

Jaqueline Brito Vidal Batista^{II}

ORCID: 0000-0002-8107-9763

^IUniversidade Federal de Campina Grande. Cuité, Paraíba, Brasil.

^{II}Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Como citar este artigo:

Pascoal FFS, Lordão AV, Batista JBV. The psychiatric hospital worker in Wonderland. Rev Bras Enferm. 2021;74(Suppl 3):e20200342. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0342>

Autor Correspondente:

Alana Vieira Lordão

E-mail: alanavieirap@gmail.com



EDITOR CHEFE: Antonio José de Almeida Filho

EDITOR ASSOCIADO: Hugo Fernandes

Submissão: 07-07-2020

Aprovação: 29-09-2020

RESUMO

Objetivo: Propor uma reflexão sobre a prática laboral em hospital psiquiátrico, com ênfase no Brasil. **Método:** Estudo teórico-reflexivo com analogia entre o trabalho em uma instituição hospitalar psiquiátrica e a obra literária "Alice no País das Maravilhas". **Resultados:** O movimento complexo da história do hospital psiquiátrico induz um processo laboral destoante e exige do trabalhador uma atuação personificada de um mundo de "maravilhas". **Considerações finais:** Este manuscrito contribuiu para a equalização do conhecimento acerca do trabalho no hospital psiquiátrico, visando minimizar as distorções conceituais identificadas e expor a real situação do trabalhador dessas instituições.

Descritores: Saúde Mental; Condições de Trabalho; Saúde do Trabalhador; Hospitais Psiquiátricos; Conhecimento.

ABSTRACT

Objective: To propose a reflection on the labor practice in a psychiatric hospital, emphasizing Brazil. **Method:** A theoretical-reflexive study with an analogy between work in a psychiatric hospital and the literary work "Alice in Wonderland." **Results:** The complex movement of the psychiatric hospital's history induces a discordant work process and demands from the worker a personified performance of a world of "wonders." **Final considerations:** This manuscript contributed to the equalization of knowledge about the work in the psychiatric hospital, aiming to minimize the conceptual distortions identified and expose the worker's real situation in these institutions.

Descriptors: Mental Health; Working Conditions; Job-related Health; Psychiatric Hospitals; Knowledge.

RESUMEN

Objetivo: Proponer una reflexión sobre la práctica laboral en hospital psiquiátrico, con énfasis en Brasil. **Método:** Estudio teórico-reflexivo con analogía entre el trabajo en una institución hospitalaria psiquiátrica y la obra literaria "Alicia en el País de las Maravillas". **Resultados:** El movimiento complejo de la historia del hospital psiquiátrico induce un proceso laboral desviado y exige del trabajador una actuación personificada de un mundo de "maravillas".

Consideraciones finales: Este manuscrito contribuyó para la equalización del conocimiento acerca del trabajo en el hospital psiquiátrico, objetivando minimizar las distorsiones conceptuales identificadas y exponer la real situación del trabajador de esas instituciones.

Descriptorios: Salud Mental; Condiciones de Trabajo; Salud del Trabajador; Hospitales Psiquiátricos; Conocimiento.

INTRODUÇÃO

O hospital psiquiátrico, criado em fins do século XIII, está sempre em foco nas discussões sobre o cuidado em saúde mental: ora é exposto como abominável para o tratamento aos portadores de transtornos mentais, ora é defendido como necessário no cuidado e restabelecimento de saúde dessas pessoas. Nessa altercação de valores, encontra-se o trabalhador responsável pelo cuidado no serviço psiquiátrico⁽¹⁾.

A interface entre a realidade e o imaginário experimentado pelos trabalhadores dos hospitais psiquiátricos remeteu os autores deste artigo à obra literária “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, de Lewis Carrol. O livro conta a história de uma menina chamada Alice, que, ao cair numa toca de coelho, se transporta para um mundo repleto de personagens peculiares, os quais enfrentam o medo, a coação e as ameaças de uma estrutura hierárquica de poder, exercida por uma Rainha⁽²⁾. Similar ao País das Maravilhas, o trabalhador no hospital psiquiátrico enfrenta situações absurdas e desconcertantes, movida por uma lógica política nem sempre coerente com o real⁽³⁾.

Assim, este estudo apresenta uma analogia entre a história de “Alice no País das Maravilhas”, de Lewis Carrol, e o trabalho no serviço hospitalar psiquiátrico. Por meio da linguagem metafórica, discute-se sobre o comportamento e atitudes do trabalhador no contexto desse serviço, realçando as significativas transformações teóricas, políticas e estruturais.

OBJETIVO

Delinear, de uma forma lúdica, aspectos relevantes do exercício profissional das instituições psiquiátricas, como uma história particular das organizações nosocomiais, muitas vezes esquecidas pelas discussões científicas.

RESULTADOS

Hospital psiquiátrico e Alice no País das Maravilhas: A Lagarta, a Rainha e o Cogumelo

A obra de Carrol, “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, e o contexto histórico do hospital psiquiátrico se assemelham, especialmente no que se refere à busca do equilíbrio entre a loucura e a razão. No hospital psiquiátrico, assim como no País das Maravilhas, a história se passa cercada por conflitos de poder. Quem está de dentro, muitas vezes, é visto como ser alienado, e quem está de fora é livre para interpretar um mundo sem sentido⁽¹⁾.

No século XVIII, a loucura teve um dos conceitos mais emblemáticos. Foi atribuída como o oposto da razão; e os loucos, denominados de “alienados”⁽¹⁾. Usa-se o termo “alienado” para identificar alguém que se encontra fora do seu ambiente habitual, da realidade, de si, sem o controle das suas próprias vontades e desejos⁽¹⁾. Para elucidar essa concepção, segue um trecho da obra literária do “País das Maravilhas”, em cujo contexto apresentado Alice é o ser alienado:

Alice ao se ver no mundo das Maravilhas, sofrendo frequentes alterações de tamanho (esticava e encolhia), se sentiu perdida.

Em um dado momento, ao perceber que não tinha o controle da situação, chorou tanto, que se formou uma lagoa de lágrimas. Pouco depois, ela encontra uma lagarta sentada em um cogumelo, que a questiona: “Quem é você?”. Alice responde: “Eu... já nem sei, minha senhora, nesse momento... Bem, eu sei quem eu era quando acordei esta manhã, mas acho que mudei tantas vezes desde então...”⁽²⁾.

A alienação e a despersonalização caracterizadas na fala de Alice também são identificadas na história dos hospitais psiquiátricos. A princípio, tais conceitos surgiram nas ideias do médico francês Philippe Pinel ao considerar a loucura como um fenômeno de alienação mental e estabelecer o uso do tratamento moral nos hospitais do século XVIII. Esse tratamento consistia em princípios e medidas impostas aos alienados, na pretensão de reeducar a mente e restabelecer a razão. Dentre algumas medidas, destaca-se o uso da camisa de força substituindo o das correntes durante as crises de agitação e violência⁽¹⁾. Pinel ganhou destaque na história da psiquiatria, sendo a primeira pessoa a reconhecer os loucos como doentes que necessitavam de tratamento. Arrisca-se dizer que, para aquela época, Pinel foi considerado o herói de um mundo em que as pessoas estavam exauridas de sofrer⁽⁴⁾.

No início, as práticas do tratamento moral (duchas, banhos frios, chicotadas e sangrias), assim como o uso do eletrochoque e das psicocirurgias — utilizados nos hospitais psiquiátricos, conhecidos por “manicômios” no século XIX, fundamentados pela teoria organicista — foram concebidas como medidas terapêuticas. No entanto, estudos apontam que elas foram também utilizadas como uma ação punitiva^(1,4). As razões para a punição eram muitas vezes tão eloquentes quanto as razões para decapitação ordenada pela Rainha do País das Maravilhas:

Em certo momento da história, Alice aparece no jardim da Rainha. Neste local, a menina encontra três jardineiros, cujos corpos tinham forma de cartas de baralho. Os jardineiros, ao ver o Rei e a Rainha, se jogaram de bruços no chão. A rainha questiona a identidade deles à menina, mas ela não soube responder. Irritada por não receber uma resposta da menina, ordena aos seus soldados: “Cortem-lhe a cabeça! Cortem...”. Felizmente, o Rei, convence-a a desistir⁽²⁾.

Tanto na história de Alice quanto naquela dos hospitais psiquiátricos, seus personagens sofreram abusos de práticas repressivas. As aparições de reis na história de Alice remetem ao mundo de fantasias, hierarquias e regras, que, apesar de parecerem incoerentes — legal e organizacionalmente —, precisam ser seguidas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, paralelamente ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, a instituição hospitalar psiquiátrica consolidou-se como o principal local para o tratamento da loucura. Contudo, assemelhava-se mais às cadeias e campos de concentração nazista do que a lugares reservados ao tratamento de doentes mentais. Naquela época, o interesse econômico somado ao descaso com a dignidade da pessoa era tão evidente, que era comum haver superlotação de internos por instituição. Como exemplo, destaca-se a Colônia de Juquery, localizada em São Paulo, Brasil, com 16 mil internos^(1,4).

Após a Segunda Guerra Mundial, a instituição psiquiátrica passou a ser alvo de intensas críticas de personalidades de diferentes

países: Erving Goffman, sociólogo canadense; Franco Basaglia, médico italiano; Paulo Delgado, professor e político brasileiro. Todos esses autores defendiam o fechamento dos hospitais psiquiátricos (num mote similar ao utilizado pela rainha do País das Maravilhas: “Cortem-lhe a cabeça”), bem como a implementação de uma rede de serviços extra-hospitalares, fundamentados na ideia de desospitalização e desinstitucionalização. É evidente que, ao contrário da Rainha, a decapitação na saúde mental, que correspondia ao fechamento dos hospitais psiquiátricos e, por consequência, à implementação de uma rede de serviços extrahospitalares, apresentava um sentido lógico, fundamentado na ideia de desospitalização e desinstitucionalização. Isso porque, para esses autores, a institucionalização psiquiátrica e o tratamento hospitalar implicavam restrição da liberdade, que, acrescidas de práticas repressivas, não promoviam cuidado, mas mortificação e adoecimento no sujeito^(1,5).

A estrutura política e legal para combater a desospitalização e desinstitucionalização surgiu após o ano 2000⁽⁶⁾. No Brasil, ocorreu mais especificamente com a Lei Nº 10.216/2001 e com a Portaria Nº 3.088/2011. A primeira determinou que a internação psiquiátrica deveria ser utilizada como último recurso assistencial do cuidado em saúde mental. A segunda instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e também excluiu o hospital psiquiátrico dessa rede. Assim, por força da lei, ao contrário do que ocorreu até o final da década de 1990, houve diminuição do número de leitos e serviços hospitalares psiquiátricos por todo o país⁽⁶⁻⁷⁾.

Nota-se, portanto, que a condição existencial dos hospitais psiquiátricos convive com o dilema comparável ao de Alice, de aumentar ou diminuir de tamanho. Segundo a Lagarta, o crescimento e diminuição de Alice dependiam da quantidade de cogumelos que ela comia. A simbologia da Lagarta foi utilizada na obra literária para expressar a metamorfose como condição inevitável ocorrida ao longo da vida. Já os cogumelos foram utilizados para mostrar o domínio da vida/história nas próprias mãos. No caso dos hospitais psiquiátricos, o destino da sua existência está condicionado às “muitas mãos” (elementos ligados ao funcionamento dessas instituições): política, legislação, representações sociais, medicalização do cuidado e crescimento econômico⁽⁵⁾.

Até os dias atuais, os hospitais psiquiátricos continuam presentes e bastante utilizados como oferta de serviço em saúde mental em todo o mundo. Em alguns países, como o Brasil, há uma defesa em relação à permanência dos hospitais psiquiátricos na Rede de Serviços de Saúde. Em novembro de 2019, foi publicada a Nota Técnica Nº 11, sobre a alegação de que o fechamento de leitos psiquiátricos, nas últimas duas décadas, foi um equívoco que provocou principalmente superlotação de Serviços de Emergência, com pacientes aguardando por vagas para internação psiquiátrica. Essa Nota não apenas defende a permanência dos hospitais psiquiátricos, mas também assevera a inclusão desse serviço à RAPS e lhe dá a possibilidade de seguir protocolos e padrões modernos de tratamento nesses serviços, tais como o uso do eletrochoque⁽⁸⁾.

O contexto histórico da instituição psiquiátrica apresentado neste estudo lembra o movimento em círculos que os personagens

(a Lebre, o Chapelheiro Maluco e o Rato do Campo) da história de Alice faziam ao redor da mesa de chá, quando o tempo parava de funcionar para o Chapelheiro. Em relação ao hospital psiquiátrico, o movimento gira em torno de sua manutenção como um local de oferta de cuidado.

O trabalhador no hospital psiquiátrico: os soldados da Rainha e o Gato de Alice

O foco agora é o trabalhador do hospital psiquiátrico, como parte integrante de uma complexa história que envolve essa instituição. Para iniciar a discussão proposta, apresenta-se a seguir um trecho da obra de Alice no País das Maravilhas:

Alice, perdida na floresta, encontra um Gato e seu sorriso intrigante. Este orienta-lhe um caminho. E avisa-lhe que este caminho a levará a um lugar, onde todos, supostamente, são loucos: [...] “Nesta direção”, disse o Gato, girando a pata direita, “mora um Chapelheiro. E nesta direção”, apontando com a pata esquerda, “mora uma Lebre de Março. Visite qual deles quiser: os dois são loucos.” “Mas eu não quero me meter com gente louca”, observou Alice. “Oh! É inevitável”, disse o Gato, “somos todos loucos por aqui. Eu sou louco. Você é louca”. “Como sabe que sou louca?”, disse Alice. “Só pode ser”, disse o Gato, “Senão não teria vindo parar aqui.” “E como sabe que você é louco?” perguntou Alice. “Para começar”, disse o Gato, “um cachorro não é louco. Admite isso?” “Suponho que sim”, disse Alice. “Pois bem”, continuou o Gato, “você sabe, um cachorro rosna quando está zangado e abana a cauda quando está contente. Ora, eu rosno quando estou contente e abano a cauda quando estou zangado. Portanto sou louco”⁽²⁾.

A afirmação do Gato de que todos são loucos por estar em um determinado lugar (País das Maravilhas) faz lembrar que semelhante afirmação se encontra também no mundo real. Existe uma atribuição social de que aqueles que, de alguma forma, fazem parte do contexto hospitalar psiquiátrico são loucos; inclusive o trabalhador, seja ele psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, vigilante, assistente social ou até professor. Não importa a profissão. Baseado nos estudos científicos, se estão envolvidos nesse contexto, carregam consigo o estigma do trabalho em saúde mental. Esse estigma se fixa entre aqueles que trabalham em serviços hospitalares psiquiátricos, possivelmente devido à carga negativa da história desses hospitais e do entendimento dos trabalhadores acerca da loucura⁽⁹⁾.

No diálogo entre o Gato e Alice, há uma demonstração categórica de que a loucura pode ter diferentes concepções. Na história da humanidade, a noção da loucura foi associada a diferentes vertentes: mística, religiosa, organicista, até se chegar nos dias atuais, à linha de pensamento psicossocial. Paralelamente ao conceito atribuído, se estabeleciam formas de tratamento, ou melhor, a prática laboral nos serviços de saúde mental⁽¹⁾.

Na época de Pinel e Esquirol, quando não existia tratamento medicamentoso (surgido apenas na década de 1950), os trabalhadores dos serviços psiquiátricos, denominados “alienistas”, eram considerados os agente mais poderosos para a cura da alienação mental, uma vez que, por meio deles, executava-se o tratamento moral como oferta de regime médico, privação de influências externas, imposição de novos hábitos e garantia

da segurança aos loucos e suas famílias. Passado o tempo, essa prática no âmbito dos hospitais psiquiátricos foi questionada por muitos dos trabalhadores, dentre os quais se destaca o médico Franco Basaglia, que defendia a ideia de superação do aparato manicomial e melhora das condições de trabalho^(1,4).

Nesse caso, Basaglia e Alice têm algo em comum. Ao invés de se renderem ao estigma e ambiente de alienação, questionaram e lutaram contra as incoerências atribuídas. Mas nem todos os personagens do mundo da psiquiatria ou das Maravilhas eram iguais ao Basaglia ou Alice. Muitos se submetiam ao que estava estabelecido. Para ilustrar esse fato, apresenta-se, a seguir, outro fragmento da história de Alice:

Na entrada do jardim da Rainha havia uma grande roseira: as rosas que ali nasciam eram brancas, mas três jardineiros soldados, que eram cartas de baralho, ocupavam-se em pintá-las de vermelho. [...] “Poderiam me dizer”, falou Alice um pouco tímida, “por que estão pintando essas rosas?” Cinco e Sete ficaram calados, mas olharam para Dois. Dois falou em voz baixa: “Veja bem, senhorita, o fato é que, neste lugar, deveria haver uma roseira vermelha, mas por engano nós pusemos uma branca; e se a Rainha a descobrir, todos teremos nossas cabeças cortadas, compreende? Então, veja bem, senhorita, estamos fazendo o melhor possível, antes que ela chegue, para...”⁽²⁾.

Os soldados da Rainha, simbolicamente representados como cartas de baralho, agem coagidos pelo medo de serem decapitados. Não muito diferente disso é o que acontece no ambiente laboral nos dias de hoje. No caso dos hospitais psiquiátricos, estudos revelam que os trabalhadores desses serviços, muitas vezes por medo de ficarem desempregados ou por outra situação semelhante, se submetem às condições ambientais insalubres, à falta de materiais para exercer suas funções e à precarização do trabalho (baixos salários; carga horária excessiva; informalidade contratual)⁽⁹⁾.

Como foi discutido anteriormente, os hospitais psiquiátricos foram marcados por uma história complexa de confronto de saberes e poderes. Enquanto alguns discutem por detrás dos “tijolos e argamassas”, os pacientes e trabalhadores de tais serviços a estes sobrevivem, tendo que se adaptar a inúmeras versões. No Brasil, por exemplo, entre a década de 1970 e os anos 2000, os profissionais atendiam os doentes mentais recorrendo à camisa de força e eletroconvulsoterapia como estratégia de tratamento. Desde 2001, com a Lei 10.216, foi declarada uma nova prática laboral para todo e qualquer serviço de saúde mental, proibindo o uso da camisa de força e eletroconvulsoterapia. Em 2011, foi instituída uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, embora os hospitais ainda se fizessem presentes para oferta de cuidado e utilizassem práticas mais humanizadas e integrais, como a arteterapia, eles não foram considerados integrantes dessa rede. Entretanto, em 2019, o hospital foi legalmente incluso à RAPS, com retorno da possibilidade de uso da eletroconvulsoterapia nesses serviços^(4,6-8).

A história descrita acima lembra cenas da obra de Alice: o Chá Maluco com movimento em círculo da mesa (já descrito anteriormente neste estudo) e Alice perdida entre muitos caminhos, que seguiam em várias direções na floresta. Nessa última cena, Alice vê o Gato sentado em uma árvore, com seu sorriso enigmático. Aproveita, então, para lhe perguntar: “Poderia me

dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?” “Depende bastante de para onde quer ir”, respondeu o Gato. “Não me importa muito para onde”, disse Alice. “Então não importa o caminho que tome”, disse o Gato⁽²⁾.

Na história dos hospitais psiquiátricos, também se apresentam muitas direções. É possível que existam muitas “Alices” confusas ou apenas seguindo o fluxo do que lhe é determinado quanto à sua prática laboral. Estudos revelam que lidar com subordinação, ordens contraditórias e múltiplos comandos pode gerar no trabalhador uma sobrecarga psíquica e adoecimento⁽⁵⁾. Dentre as sobrecargas referidas pelos trabalhadores dos hospitais psiquiátricos nos últimos tempos, destaca-se a exigência cognitiva, por não poder ofertar o atendimento de melhor qualidade aos seus pacientes, mesmo que, muitas vezes, se sintam como uma “carta de baralho de um jogo”, o qual nem sempre é justo para todos os jogadores, inclusive para eles^(3,9). E por falar em jogo como uma representação da dinâmica da vida cotidiana, apresenta-se a seguinte parte do capítulo “O campo de croqué da Rainha”, do País das Maravilhas:

O Croqué é muito difícil de ser jogado, pois as bolas e os tacos são animais vivos, manipulados pela Rainha e pelo Rei. A Rainha convida Alice para jogar uma partida. Ela aceita. Mas a partida é interrompida pela aparição de um sorriso enigmático do Gato no ar: “Como vai passando?” disse o Gato, assim que teve boca suficiente para falar. [...] “Não acho que joguem nada limpo”, começou Alice em tom de queixa, “e todos brigam tão horrivelmente que não se consegue ouvir a própria voz... e parece que não tem regras muito definidas... pelo menos, se tem, ninguém as segue... e depois, todas as coisas são vivas, e você não faz ideia da confusão que isso dá [...]!”⁽²⁾

Se no País das Maravilhas o jogo é tão difícil e confuso, quanto mais em um hospital psiquiátrico, onde o trabalho por si só não é tarefa muito fácil. Quem trabalha nesses locais lida com os imprevistos, como o risco de ser agredido em decorrência da natureza clínica dos pacientes, ambientes insalubres, escassez de recursos, estigmatização, pluralidade de normas, existência de contratos informais de trabalho e ameaça de ficar desempregado se a instituição deixar de existir. Apesar disso, estudos têm identificado nos últimos tempos que parte dos profissionais, de alguma maneira, se diz satisfeita por trabalhar nesses locais⁽⁹⁾.

Assim sendo, à luz da analogia entre o sorriso do Gato da história de Alice e a satisfação dos trabalhadores do hospital psiquiátrico, pode-se perguntar: O que tem por trás daquele sorriso? Como sorrir num mundo tão delirante? Será expressão de satisfação, inocência, medo ou ironia? Em se tratando da satisfação no trabalho, as pesquisas revelam que os trabalhadores estão mais satisfeitos com os relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho e insatisfeitos com os aspectos organizacionais (salários, benefícios, pouco controle sobre o trabalho, escassez de profissionais, longos turnos, entre outros). O lidar com os pacientes psiquiátricos aparece como fator de relevância no ambiente laboral, ainda que exista o risco de ser agredido. Para os trabalhadores, muitos dos pacientes são vítimas da sua patologia e do abandono social e, portanto, precisam de cuidados^(3,9).

Embora o resultado da satisfação no trabalho seja relevante, é preciso ficar atento quanto às armadilhas ocultas nos trabalhos em

ambientes precarizados. Locais de trabalho com esse perfil inibem os sujeitos de serem críticos e reflexivos sobre suas condições. Além disso, a lógica do saber e do poder, existente na história dos hospitais psiquiátricos⁽³⁾, pode intimidar o trabalhador de expor sua opinião. Isso pode acontecer devido ao receio de acabar por receber respostas semelhantes às que Alice obteve de alguns personagens do País das Maravilhas: “Tem tanto direito (Pensar), quanto os porcos têm de voar [...]” (Duquesa); “Você é mesmo bem ignorante!” (Falsa Tartaruga, que alegava ter melhor educação); “Deveria envergonhar-se de fazer uma pergunta tão estúpida”⁽²⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como intenção apresentar uma reflexão sobre a prática laboral desenvolvida historicamente nos hospitais psiquiátricos. Foi evidenciado que o conceito atribuído à loucura ao longo do tempo molda fortemente o comportamento e atitudes dos trabalhadores nesses serviços. Evidentemente, isso se dá regido pelas leis, normas, saberes e poderes instituídos além dos muros das instituições.

Ao que parece, a trajetória do hospital psiquiátrico vive em um movimento circular, cuja centralidade e existência no contexto da Atenção à Saúde Mental, bem como as práticas nele

desenvolvidas, se perpetuam em um processo de idas e vindas. Nesse sentido, o trabalhador pode se sentir confuso quanto à sua função nesses serviços.

Pensar na saúde mental não se resume em refletir exclusivamente sobre as barbáries experimentadas pelos pacientes em manicômios. Por um lado, não se pretende, aqui, minimizar a situação desses indivíduos, que, reconhecidamente, foram as maiores vítimas de toda a história. Entretanto, por outro lado, é preciso voltar o olhar também para aqueles que fazem parte deste mundo não “Maravilhoso”, em que a realidade, muito mais pelas condições racionais do homem, os coloca em um jogo de “decapitação” dos seus direitos trabalhistas.

Compreende-se, portanto, ser fundamental que novas Alices lutem por si e pela coletividade e que ocorra ampliação do debate sobre o trabalho no hospital psiquiátrico na atualidade, por meio de estratégias que possibilitem ao trabalhador ressignificar seu espaço como sujeito, não sendo reduzido apenas a um instrumento de trabalho.

Por fim, é preciso estar alerta para as consequências possivelmente geradas pela publicação da Nota Técnica Nº 11/2019, tendo em vista que ela contraria tanto o marco histórico do Movimento da Luta Antimanicomial quanto os princípios da Reforma Psiquiátrica.

REFERÊNCIAS

1. Amarante P. Saúde Mental Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007. 120 p.
2. Carrol L. Aventuras de Alice no país das maravilhas & Alice através do espelho: edição comentada. Rio de Janeiro: Zahar; 2013. 416 p.
3. Paula GS, Oliveira EB, Silva AV, Souza SRC, Fabri JMG, Guerra OA. Work-related violence in psychiatry in the perception of nursing workers. SMAD, Saúde Mental Alcool Drog. 2017;13(2):86-92. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i2p86-92>
4. Del’olmo FS, Cervi TMD. Mental suffering and human person dignity: the challenges of psychiatric reform in Brazil. Sequência. 2017;77:197-220. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n77p197>
5. Zgiet J. Alienated work and mental alienation: the psychiatric reform in capitalism. Tempus (Brasília). 2018;11(3):130-43. <https://doi.org/10.18569/tem.pus.v11i3.2433>
6. Presidência da República (BR). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental [Internet]. Diário Oficial da União. 2001 apr 6. [cited 2019 Dec 22] Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,Art
7. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [cited 2020 Feb 01]. Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
8. Ministério da Saúde (BR) Nota Técnica nº 11, de 04 de fevereiro de 2019. Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2019 [cited 2020 Feb 13]. Available from: <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
9. Telles LL, Jardim SR, Rotenberg L. Call me for a conversation and I will enjoy it: analysis of a clinical-institutional experience with the nursing staff of a psychiatric hospital. Ciênc Saúde Colet. 2020;25(1):181-190. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28882019>